

**Gênero, diversidade sexual e saúde LGBTQIAPN+ na graduação em saúde: uma análise Foucaultiana**

**Gender, Sexual Diversity, and LGBTQIAPN+ Health in Undergraduate Health Programs: A Foucaultian Analysis**

Caroline Magna de Oliveira Costa  
Verônica de Medeiros Alves  
Danielly Santos dos Anjos Cardoso  
Universidade Federal de Alagoas  
Maceió-Brasil

**Resumo**

Este estudo analisou a inclusão de gênero, diversidade sexual e saúde LGBTQIAPN+ nos Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação em saúde, sob a ótica de Foucault. Realizado entre novembro de 2024 e janeiro de 2025, com a análise de oito documentos de uma Universidade no Nordeste brasileiro, o estudo revelou duas questões principais: A primeira versa sobre a abordagem crítica acerca de gênero e sexualidade estar presente de forma aprofundada em apenas três cursos, alinhando-se com as ideias de Foucault. E, a segunda, sobre a saúde LGBTQIAPN+ ser tratada de maneira superficial ou ausente na maioria dos currículos, com apenas três cursos mencionando a população e dois citando a Política Nacional de Saúde LGBT. O estudo destaca a necessidade urgente de atualização curricular para garantir uma formação adequada ao atendimento dessa população.

**Palavras-chave:** Educação; Formação Acadêmica em Saúde; População LGBTQIAPN+.

**Abstract**

This study analyzed the inclusion of gender, sexual diversity, and LGBTQIAPN+ health in the Pedagogical Projects of undergraduate health programs, from a Foucaultian perspective. Conducted between November 2024 and January 2025, with the analysis of eight documents from a university in northeastern Brazil, the study revealed two main findings: The first concerns the critical approach to gender and sexuality, which is present in depth in only three programs, aligning with Foucault's ideas. The second concerns LGBTQIAPN+ health being addressed in a superficial or absent manner in most curricula, with only three programs mentioning this population, and two referencing the National LGBT Health Policy. The study highlights the urgent need for curricular updates to ensure adequate training for the care of this population.

**Keywords:** Education; Academic Training in Health; LGBTQIAPN+ Population.

## **Introdução**

Na obra *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, Michel Foucault (1988) examina como os discursos sobre o sexo são construídos por meio das relações de poder, resultando na definição de uma sexualidade considerada legítima, associada aos padrões de casamento, família e reprodução, elementos que servem aos interesses do capitalismo. Além disso, o autor aponta para a construção social do corpo feminino, reforçando as dinâmicas de poder que moldam as relações de gênero. Essas relações de poder contribuem para a exclusão e deslegitimação de outras formas de sexualidade fora do padrão normativo.

Embora o conceito de gênero não seja abordado diretamente na obra, Foucault faz observações que dialogam com as reflexões feministas. Judith Butler (1990), em “*Problemas de Gênero*”, baseando-se nas ideias de Foucault, argumenta que o gênero não deve ser reduzido a determinismos biológicos ou culturais, mas entendido como uma identidade performativa. Ela desafia a ideia de coerência entre sexo biológico, gênero e orientação sexual, propondo uma visão mais ampla do gênero, que questiona as estruturas de poder que marginalizam as existências LGBTQIAPN+, frequentemente vistas como “incoerentes” (Firmino; Porchat, 2017).

Destaca-se a crescente necessidade de assegurar a proteção dos direitos humanos da população LGBTQIAPN+, que sofre constantes violações devido à LGBTfobia, resultando em danos físicos, psicológicos e óbitos. Essa discriminação se manifesta em diversos contextos, como universidades, currículos educacionais e instituições de saúde, gerando um ciclo de exclusão dessa população (Gonçalves *et al.*, 2020). Essa conjuntura reflete o conceito de biopolítica seletiva de Foucault, no qual o Estado define quais discursos da verdade serão protegidos, legitimando alguns corpos e marginalizando outros.

Uma revisão sistemática (Paranhos; Willerding; Lapolli, 2021) identificou que os profissionais de saúde não estão preparados para atender às demandas da população LGBTQIAPN+, evidenciando lacunas na formação acadêmica e a necessidade de reestruturação dos currículos. Nesse contexto, a Resolução nº 569/2017, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para cursos de graduação na saúde, enfatiza a importância de integrar a diversidade da população brasileira nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), incluindo as dimensões de gênero, identidade de gênero, orientação sexual (Brasil, 2017).

Embora esse tema seja de grande relevância, ainda há uma escassez de estudos científicos. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a inclusão da temática de gênero, diversidade sexual e saúde LGBTQIAPN+ nos PPCs de cursos de graduação na área da saúde, sob a ótica do referencial teórico de Foucault.

### **Metodologia**

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental, tendo como corpus os PPC de graduação na área da saúde, pertencentes a uma universidade federal pública situada na região Nordeste do Brasil. A escolha desse tipo de documento justifica-se por sua relevância como instrumento indispensável para orientar a construção social e histórica das instituições de ensino superior, além de oferecer subsídios fundamentais para a compreensão da estruturação dos currículos, abrangendo aspectos pedagógicos, políticos, sociais e culturais (Gunnar; Azevedo, 2022).

A pesquisa foi conduzida com base na localização da universidade, considerando dados alarmantes do Dossiê 2023 de Mortes Violentas Contra LGBTI+ no Brasil. O relatório apontou a região Nordeste como a segunda mais violenta do país, com uma taxa de 1,45 óbitos por milhão de habitantes (ANTRA; ABGLT, 2024). Esse contexto destaca a importância da Universidade e da educação na promoção de debates e investigações sobre o tema, contribuindo para a formação de profissionais de saúde preparados para atender às necessidades dessa população vulnerável.

Os dados foram coletados e analisados entre novembro de 2024 a janeiro de 2025, seguindo as etapas descritas abaixo:

- **Etapas 1: Identificação inicial dos documentos**

O primeiro contato com o corpus da pesquisa foi feito por meio do acesso ao site oficial da Universidade para obter os PPCs. O critério de inclusão foi o acesso desses documentos na versão mais atualizada disponível no site. Não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética, pois os PPCs são documentos institucionais de domínio público (Silva; Paulino; Raimondi, 2020).

- **Etapas 2: Caracterização dos documentos coletados**

Foram selecionados todos PPC da graduação da área da saúde desta instituição, desse modo, abrangendo os cursos de Serviço Social, Farmácia, Educação Física, Medicina, Enfermagem, Psicologia, Odontologia e Nutrição. Todos em modalidade presencial e com formação do tipo bacharelado.

Para preservar a identificação dos cursos, os documentos foram numerados aleatoriamente do 1 ao 8, sendo: PCC 1 (2007) analisadas 39 ementas de disciplinas, PCC 2 (2024) 51 ementas, PCC 3 (2022) 55 ementas, PCC 4 (2010) 48 ementas, PCC 5 (2024) 67 ementas, PCC 6 (2023) 37 ementas, PCC 7 (2019) 52 ementas e PCC 8 (2019) 87 ementas, totalizando 463 ementas de disciplinas obrigatórias e eletivas analisadas.

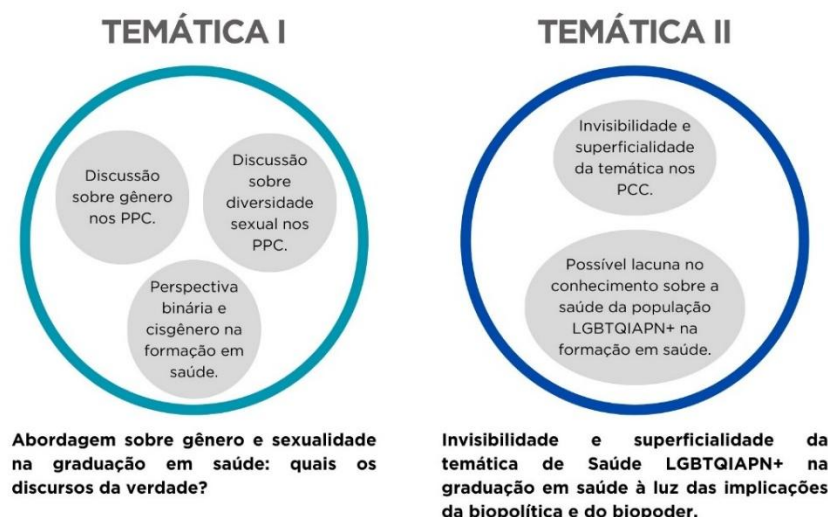
- **Etapas 3: Análise dos documentos**

A extração das informações foi organizada por meio de uma tabela elaborada pelos autores, garantindo rigor e transparência na análise. Foi conduzida a análise temática proposto por Minayo (2014), estruturada nas seguintes etapas:

I) Pré-análise: Consistiu na realização de uma leitura flutuante seguida da leitura integral dos documentos previamente descritos.

II) Exploração do material: Correspondente à categorização, esta fase envolveu a síntese dos textos por meio de palavras ou expressões significativas. Além disso, foi elaborado um mapa mental para organizar os núcleos de sentido identificados, conforme demonstrado na Figura 1.

**Figura 1** - Mapa mental apresentando núcleos do sentido e enumeração das temáticas para análise, 2025



Fonte: Elaborado pelos autores utilizando a ferramenta CANVA (2025).

III) Tratamento dos resultados e interpretação: Os resultados obtidos foram apresentados de forma descritiva, organizados em categorias temáticas e analisados a partir

de uma interpretação crítica e reflexiva, com base nos conceitos de poder, biopoder, biopolítica e discurso da verdade, da obra “A história da Sexualidade I: A vontade de saber” do filósofo Michel Foucault (1988).

### **Abordagem sobre gênero e sexualidade na graduação em saúde: quais os discursos da verdade?**

Michel Foucault, em sua obra A História da Sexualidade I (1988), oferece uma análise aprofundada das dinâmicas de poder, discursos e normas sociais relacionadas à sexualidade. Esse livro forneceu fundamentos essenciais para as discussões sobre gênero, que posteriormente foram ampliadas por outras teóricas feministas.

Com base em seus conceitos, é possível questionar a maneira como a sexualidade e o gênero são abordados nos PPC, reconhecendo que essa abordagem não é neutra. O discurso acadêmico e pedagógico sobre a população LGBTQIAPN+ pode ser um campo de exercício do poder, seja na construção de uma narrativa dominante, seja na resistência a essa narrativa biopolítica. Os discursos da verdade relacionados à sexualidade e ao gênero podem, assim, tanto reforçar normas sociais vigentes quanto desafiar sua perpetuação. Compreender essas dinâmicas e suas implicações é ao que se propõe esse tópico.

Nesse sentido, foi observado que de maneira geral, o PPC 3, ao tratar dos objetivos do curso, destaca o compromisso com o cuidado integral à saúde do ser humano, considerando diversos aspectos, incluindo os de gênero. O PPC 5, por sua vez, menciona que o documento foi atualizado para atender às novas demandas sociais, como as questões étnico-raciais e de gênero, conforme indicadas nas Políticas Públicas no campo da educação e do Sistema único de Saúde (SUS). Além disso, inclui, entre as competências do estudante de graduação, o conhecimento sobre a diversidade de gênero e orientação sexual. E, o PPC 3 e o PPC 5 mencionam no tópico de Direitos Humanos o estudo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSILGBT) (Brasil, 2013b).

Nos documentos analisados, as relações de gênero no contexto da saúde são abordadas de maneira abrangente nas ementas de disciplinas obrigatórias da área de saúde coletiva dos PPCs 2, 3 e 4. No PPC 2, a ementa aborda concepções sócio-históricas sobre saúde, destacando as relações de gênero. De forma semelhante, o PPC 4 enfoca a formação das sociedades e a estrutura dos serviços de saúde, enfatizando a necessidade de contextualizar as especificidades sócio-históricas e culturais que fundamentam as concepções de gênero, saúde e sociedade.

Sob uma perspectiva foucaultiana, embora a inclusão de gênero e orientação sexual nos PPCs represente um marco significativo para o reconhecimento da população LGBTQIAPN+ e para a promoção de uma abordagem mais equitativa na saúde e na educação, é fundamental uma reflexão crítica sobre como essas categorias estão sendo tratadas. Isso porque, mais do que uma simples questão de reconhecimento e respeito, esse processo pode envolver também dinâmicas de poder, controle e normalização de identidades, as quais são moldadas por discursos e práticas institucionais (Foucault, 1988).

No âmbito de uma disciplina obrigatória da área de saúde coletiva do PPC 3, destaca-se a temática “Gênero e Reprodução” no conteúdo programático. Contudo, a breve menção a esse tema não possibilita uma compreensão aprofundada da abordagem do PPC 3. É provável que o enfoque se limite ao gênero feminino, associando o corpo da mulher cisgênero heterossexual ao papel social de reprodução humana, com a expectativa de que os discentes adquiram conhecimentos sobre a assistência ginecológica e obstétrica no ciclo gravídico-puerperal “padrão” (Angonese; Lago, 2017).

Por outro lado, também existe a possibilidade de que a disciplina do PPC 3 adote uma abordagem ampliada, incluindo a população LGBTQIAPN+ nas discussões sobre gênero e reprodução, uma vez que menciona em suas referências a mesma obra de Foucault utilizada nesse trabalho. Tal perspectiva estaria alinhada aos direitos sexuais e reprodutivos garantidos no âmbito do SUS por meio da PNSILGBT (Brasil, 2013).

A inclusão de temáticas como essa na formação em saúde contribui para a construção de novos discursos de verdade, preparando profissionais para atender pessoas de diferentes identidades de gênero e orientações sexuais em suas demandas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva. Essa abordagem é fundamental para enfrentar o que Angonese e Lago (2017) denominam de “esterilidade simbólica”, que é resultante da cisnormatividade reprodutiva, a qual dificulta a garantia de direitos legalmente estabelecidos à essa população.

É necessário cautela em estudos da área da saúde que tratam o corpo cisgênero como “padrão de normalidade”. Essa perspectiva pode reforçar a ideia de que a “normalidade” está exclusivamente associada ao que é “saudável”, enquanto corpos que não se enquadram nesse padrão, como os transgêneros e interssexuais, são frequentemente patologizados (Bagagli, 2016). Essas questões já haviam sido criticadas por Foucault, que, em sua obra, denunciou a visão patológica da medicina psiquiátrica sobre corpos intersexo e a

homossexualidade. Ele apontava que esses indivíduos eram submetidos a terapias e intervenções médicas que os reprimiam e os excluía da sociedade (Foucault, 1988).

Ao longo dos anos, os movimentos sociais tiveram um papel fundamental na luta por direitos e na despatologização da orientação sexual e da identidade de gênero, o que resultou em avanços, como a publicação de portarias pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que contribuíram para esse processo. Para Foucault, essa transformação não se restringe apenas à conquista de direitos, mas faz parte de um movimento amplo de contestação e reconfiguração das estruturas de poder e dos discursos da verdade vigentes (Foucault, 1988).

Esses avanços se refletem no PPC 6, que inclui uma disciplina eletiva voltada para a saúde mental da população LGBTQIAPN+, e em sua bibliografia complementar aborda temas como o histórico das "terapias de conversão", a despatologização das homossexualidades. Para Foucault, essas práticas representam um reflexo de um discurso biopolítico, no qual o poder não se manifesta apenas por meio da repressão, mas também pela normatização e medicalização da sexualidade e da identidade de gênero (Foucault, 1988).

De forma semelhante, o PPC 5 dedica uma disciplina à saúde da população LGBTQIAPN+, abordando as portarias e diretrizes sobre o processo transexualizador no SUS (Brasil, 2013a). Essa abordagem configura-se como uma prática de resistência que desafia as normas estabelecidas e propõe novas formas de compreender o corpo, a sexualidade e o gênero.

Ainda no âmbito das disciplinas obrigatórias, o PPC 6 inclui, em três de suas ementas, referências ao trabalho de Kimberlé Crenshaw sobre discriminação racial e gênero. Além disso, propõe uma reflexão crítica sobre os impactos negativos de uma ciência pautada pelo pensamento cisgênero. Aborda também a construção de uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre masculinidades, numa perspectiva interseccional e crítica.

Constituindo-se como uma referência significativa para romper com o modelo biomédico e promover uma visão integral de saúde, essa abordagem contribui para a formulação de novos discursos da verdade no campo acadêmico. Objetivando formar profissionais capacitados a oferecer uma assistência à população LGBTQIAPN+ está além de uma perspectiva patologizante e padrão, direcionando-se para a promoção da saúde.

A análise das disciplinas eletivas revelou que as discussões sobre gênero e poder foram identificadas com profundidade em apenas três documentos: o PPC 5, PPC 6 e PPC 8. Essas

disciplinas demonstram uma aproximação com as abordagens teóricas de Foucault e Butler ao tratar questões relacionadas ao gênero, patriarcado e poder de forma crítica.

O PPC 5, por exemplo, propõe reflexões sobre os determinantes estruturais da saúde, com ênfase nas desigualdades de gênero, sexualidade e LGBTfobia, tanto no âmbito estrutural quanto nas esferas social e institucional. Além disso, essa disciplina promove uma análise ampliada sobre as iniquidades no acesso aos serviços de saúde, assim como as políticas públicas voltadas para a população LGBTQIAPN+, destacando um esforço significativo para integrar essas questões na formação acadêmica (Bagagli, 2016).

O PPC 6 faz referência a minorias sexuais e de gênero, incluindo abordagens sobre interseccionalidade, raça e sexualidade. Enquanto o PPC 8 enfoca as relações patriarcais de gênero, com ênfase nas teorias sobre gênero, patriarcado e modos de produção doméstica, e incorpora referências que exploram o feminismo e a diversidade sexual, com destaque também para a interseccionalidade como ferramenta analítica.

A análise de uma disciplina eletiva do PPC 8, que aborda gênero, diversidade, poder e família, revela uma abordagem alinhada à teoria foucaultiana sobre os microespaços de poder, como a família. Obras de Judith Butler são usadas para problematizar as relações de poder que moldam as verdades e perpetuam opressões relacionadas ao gênero e à diversidade sexual.

É essencial que os discentes, futuros profissionais da saúde, compreendam que as instituições familiares frequentemente produzem relações de poder que, em nome de discursos de verdade, podem violar direitos humanos e causar adoecimento, em pessoas LGBTQIAPN+ inseridas nesses ambientes. Assim, é fundamental que esses profissionais adotem uma visão abrangente, crítica e sensível, garantindo acolhimento e uma assistência adequada às demandas dessa população (Nascimento; Scorsolini-Comin, 2018).

No entanto, observa-se que uma abordagem semelhante é ainda limitada nos outros PPC analisados, o que pode ser considerada uma lacuna importante, visto que não é apenas uma limitação no planejamento acadêmico, mas reflete a continuidade de uma estrutura de poder que define certas questões como "marginais" ou "periféricas" em relação ao ensino na área da saúde e à formação profissional.

De acordo com as DCN para os cursos de graduação da área da saúde, os PPC devem garantir que os profissionais sejam capacitados para atuar também no contexto familiar



Revista Cocar V.23. N.41/2025 p.1- 20 <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar>  
(Brasil, 2017). A ausência de uma abordagem mais ampla nesses documentos pode comprometer a formação integral dos futuros profissionais, especialmente no que tange à compreensão e ao enfrentamento das questões de gênero e poder no contexto da saúde.

O PPC 8 aborda de forma abrangente a sexualidade em idosos, dentro de uma disciplina eletiva sobre gerontologia social. A ementa inclui temas como o envelhecimento, destacando as implicações nas relações de poder e o aprofundamento das desigualdades de gênero na velhice. Além disso, aborda questões sociais, relações familiares, sexualidade e qualidade de vida. Esse enfoque se alinha aos estudos de Raimondi *et al.* (2020), que, ao analisar os PPC sobre Gênero e Sexualidade nas Escolas Médicas Federais do Brasil, observaram uma tendência similar de associar a sexualidade a grupos etários específicos.

Este é um tema de grande relevância para a formação na área da saúde, especialmente devido ao imaginário social errôneo de que questões relacionadas à sexualidade são interrompidas com o envelhecimento, sendo ainda mais invisibilizadas quando se referem à população idosa LGBTQIAPN+. Nesse contexto, Henning (2017) propõe a necessidade de um estudo voltado para a "gerontologia LGBT", que explore a correlação entre envelhecimento, sexualidade e identidades de gênero, além de incentivar a criação de políticas públicas que promovam uma melhor qualidade de vida para essa população.

O processo de invisibilidade, pelo qual questões como a sexualidade na senescência e as experiências de vida de pessoas idosas LGBTQIAPN+ são marginalizadas, reflete como os discursos dominantes da sociedade, ao priorizarem determinadas narrativas e categorias, relegam outras a uma posição de irrelevância. Esse fenômeno pode ser compreendido, segundo Foucault, como um mecanismo de "biopolítica", no qual o poder age para normatizar e silenciar certos aspectos da vida e da identidade (Foucault, 1988).

Além dos aspectos relacionados ao ensino, observa-se também a inclusão das temáticas de gênero e diversidade sexual no âmbito da pesquisa. Os PPCs 5, 6, 7 e 8 mencionam a existência de laboratórios e grupos de pesquisa dedicados a esses temas, o que corrobora os estudos de Pereira e Monteiro (2015), que destacam o crescente interesse por pesquisas relacionadas a gênero. No entanto, os trabalhos de Bezerra, Moreno e Prado (2019) ainda apontam para a quantidade reduzida de pesquisas acadêmicas voltadas para a saúde da população LGBTQIAPN+.

Esse cenário suscita a necessidade de incentivar a produção de novos estudos, que devem ser estimulados na graduação, por meio de programas como o Programa Institucional

de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), por exemplo. Isso fomenta a participação dos discentes na formulação de pesquisas relacionadas a questões interseccionais, como exemplificado no PPC 8, que destaca linhas de pesquisa voltadas para temas de relevância social, como opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades.

Ao promover essa reflexão, os acadêmicos são incentivados a entender que o sistema de poder e opressão que afeta gênero e diversidade sexual pode também se sobrepor sobre outras formas de opressão, como classe, raça/etnia e geração. Esse entendimento amplia a visão dos discentes e aprimora suas habilidades para identificar essas questões, propondo intervenções que considerem esses marcadores sociais.

Além disso, as atividades de extensão descritas no PPC 5, PPC 6, PPC 8 evidenciam a presença da Educação em Direitos Humanos, com projetos que abordam relações de gênero, violência de gênero, diversidade sexual, sexualidade, preconceitos e racismo, em diálogo com os movimentos sociais e as políticas públicas.

Considerando o potencial da extensão universitária para fomentar esse debate, destaca-se a existência de experiências bem-sucedidas, como o projeto de extensão realizado na Universidade Estadual de Montes Claros, descrito por Nascimento (2018). O projeto consistiu na realização de oficinas, com estudantes universitários, sobre os conceitos básicos de gênero e sexualidade. Como resultado, foi vista a difusão de conhecimentos e o combate a discursos errôneos e preconceituosos, evidenciando a viabilidade de implementar projetos semelhantes também nas demais Universidades do país.

Nos PPC 5, PPC 6, PPC 8, observa-se uma aproximação com uma perspectiva que busca superar a binariedade e a cisheteronormatividade na saúde. No entanto, essa abordagem ainda não é predominante, pois há um número limitado de disciplinas e projetos de extensão que realmente aprofundam esses temas. Esses achados são semelhantes aos de Lima *et al.* (2021) ao realizar um estudo documental sobre gênero e sexualidade na formação de enfermeiros no ensino superior público brasileiro.

Os projetos de pesquisa e extensão, ao disseminarem conhecimentos sobre gênero e sexualidade, não se limitam a transmitir informações, mas também desempenham um papel fundamental na transformação das formas de percepção do mundo. Foucault apontaria que, ao serem ensinados e difundidos, esses saberes podem exercer um efeito disciplinar sobre os

Revista Cocar V.23. N.41/2025 p.1- 20 <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar>  
corpos e as mentes, criando novas normas de conduta e formas de subjetividade que  
desafiam as lógicas da biopolítica e do biopoder modernos (Foucault, 1988).

Essa análise evidencia que a abordagem sobre diversidade sexual e de gênero está  
ausente no PPC 1, mas presente nos demais documentos, embora de forma mais aprofundada  
nos PPCs 5, 6 e 8, conforme observado no **quadro 1**.

**Quadro 1-** Análise da inclusão de temáticas de Gênero e Diversidade Sexual nas Disciplinas Obrigatórias,  
Eletivas, Grupos de Pesquisa e Projetos de Extensão nos PPCs, Brasil, 2025

PPC (ANO)	Gênero	Diversidade sexual	Disciplina obrigatória	Disciplina eletiva	Grupos de Pesquisa	Projetos de extensão
PPC 1 2007	-	-	-	-	-	-
PPC 2 2024	X	X	X	-	-	-
PPC 3 2022	-	X	X	-	-	-
PPC 4 2010		X	X	-	-	-
PPC 5 2024	X	X	-	X	X	X
PPC 6 2023	X	X	X	X	X	X
PPC 7 2019	X	-	X	-	-	-
PPP 8 2019	X	X	-	X	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Leiria *et al.* (2024), ao analisar a presença da temática de diversidade sexual e de  
gênero nas DCN dos cursos de graduação em saúde entre 2001 e 2003, observaram um  
aumento progressivo na inclusão desses tópicos nos últimos dez anos. Por outro lado,  
Bolonha (2023), com base no referencial de Foucault, alerta para a persistência do modelo  
biomédico de ensino nos PPC, que pode perpetuar relações assimétricas de poder ao impor  
padrões de saúde centrados na cisheteronormatividade.

A análise realizada neste estudo aponta para a necessidade urgente de atualizar os  
PPC dos cursos da área da saúde, para garantir que o debate sobre gênero e sexualidade seja  
integrado de maneira efetiva e equitativa em todos os cursos. Atualmente, apenas três  
documentos (PPC 5, 6 e 8) abordam esses temas de forma aprofundada, adotando uma  
perspectiva crítica que busca compreender as lógicas de resistência ao biopoder e à  
biopolítica. Um ensino superficial sobre esses assuntos pode ter consequências negativas no  
atendimento em saúde, ao consolidar um "discurso de verdade" que, muitas vezes, reforça

práticas discriminatórias e excludentes, afastando, assim, pessoas LGBTQIAPN+ dos serviços de saúde.

**Invisibilidade e superficialidade da temática de Saúde LGBTQIAPN+ na graduação em saúde à luz das implicações da biopolítica**

A partir das discussões desencadeadas nas categorias temáticas previamente expostas, é possível refletir, à luz da teoria de Foucault, sobre a lógica seletiva e ingênua associada ao biopoder, o qual atua sobre os corpos e reproduz uma biopolítica vinculada à formulação de políticas públicas voltadas ao "incentivo à vida" (Foucault, 1988).

Este sistema, por sua vez, invisibiliza corpos dissidentes por meio da construção de um discurso de verdade que faz parecer que os esforços de "incentivo à vida" são, em sua maioria, direcionados àqueles que se adequam a um determinado "padrão social". Tal abordagem se torna contraditória quando se considera a saúde da população LGBTQIAPN+, que apresenta diversos indicadores de vulnerabilidade e é sistematicamente invisibilizada, inclusive, na própria formação em saúde (Sierra; Meyer, 2020).

Neste contexto, a presente pesquisa, ao analisar os documentos incluídos buscou identificar termos associados à população LGBTQIAPN+. Foi observada uma menção explícita a essa população nos PPC 2, PPC 5 e PPC 6. Além disso, nos PPC 4 e PPC 7, foram identificados termos mais generalizados, que podem ou não ser interpretados como uma referência indireta à população LGBTQIAPN+. Contudo, destaca-se a ausência total desses termos nos PPC 1, PPC 3 e PPC 8. Ademais, apenas os PPC 2 e PPC 5 fizeram referência à PNSILGBT, conforme apresentado no panorama geral do Quadro 2.

**Quadro 2** – Panorama geral da presença e ausência de termos relacionados à população LGBTQIAPN+ nos PPCs. Brasil, 2025.

PPC (ANO)	Presença de Termos Relacionados à População LGBTQIAPN+	Menção à Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAPN+
PPC 1 2007	Ausente	Ausente
PPC 2 2024	“Minorias” “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”	Presente
PPC 3 2022	Ausente	Ausente
PPC 4 2010	“Diversos grupos de indivíduos”	Ausente
PPC 5 2024	“População LGBTQIA+” “População LGBTQIPNA+”	Presente

	“Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” “Transgênero, intersexual e assexual” “Pessoas trans e travestis”	
<b>PPC 6</b> 2023	“População LBGTQPIAN” “Movimentos sociais”	Ausente
<b>PPC 7</b> 2019	“Grupos minoritários”	Ausente
<b>PPP 8</b> 2019	Ausente	Ausente

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A partir de uma análise detalhada dos achados, verificou-se que os termos mais abrangentes mencionados no quadro anterior indicam a possibilidade de que questões relacionadas à população LBGTQPIAN+ estejam sendo progressivamente incluídas e aprofundadas no currículo oculto dos cursos.

Santos, Ferreira, Alves e Naves (2020) destacam o currículo oculto como um elemento relevante na formação em saúde, especialmente quando integrado ao currículo formal. Esse processo desafia os modelos hegemônicos de discurso descritos por Foucault, ao introduzir debates sobre diversidade sexual e de gênero, enriquecendo assim a formação acadêmica.

Um achado que sugere essa possibilidade é a menção ao termo "diferenças entre os diversos grupos de indivíduos" no PPC 4, no contexto da descrição dos princípios do curso. O documento destaca que os eixos norteadores desses princípios incluem a universalidade da atenção e a equidade, afirmando que a disponibilidade dos serviços de saúde deve considerar as necessidades e vulnerabilidades de grupos específicos.

O uso desse termo, inserido no contexto de uma abordagem universal e equitativa da saúde, pode indicar que a população LBGTQPIAN+ está sendo incluída na expressão "diversos grupos". No entanto, essa nomenclatura é vaga e insuficiente para confirmar uma inclusão explícita dessa população. Assim, embora não seja possível tirar uma conclusão definitiva sobre a abordagem, esse achado sugere uma possível margem para a inclusão dessa temática no currículo oculto.

De forma semelhante, observa-se o uso do termo "minorias" no PPC 2, assim como a menção ao termo "grupos minoritários" em uma ementa de disciplina da área de bioética vinculada ao PPC 7. No PPC 2, o termo "minorias" é empregado para destacar a importância da Educação em Direitos Humanos no curso. No PPC 7, faz referência ao envolvimento de "grupos minoritários", como afrodescendentes, quilombolas e indígenas.

O uso do termo "minorias" para englobar a população LGBTQIAPN+ tem gerado uma problematização, conforme evidenciado em estudos acadêmicos, como os de Viana (2016). A adoção dessa nomenclatura pode contribuir para a homogeneização das experiências vividas por diferentes grupos sociais, o que resulta em uma generalização de suas demandas. Essa abordagem superficial pode obscurecer as especificidades dessas populações, dificultando a construção de propostas de intervenção eficazes que visem melhorar suas condições de vida.

Além disso, ao ser utilizado no contexto da formação em saúde, o termo "minorias" pode contribuir para a invisibilidade dos indicadores de vulnerabilidade específicos que permeiam a realidade vivenciada por pessoas LGBTQIAPN+. Isso pode gerar uma compreensão limitada e rasa sobre as necessidades de assistência em saúde voltadas para essa população, o que, por sua vez, pode contribuir para que os discentes se sintam inseguros ao lidar com as suas demandas de saúde (Viana, 2016).

Nessa perspectiva, a utilização de termos como "diversos grupos de indivíduos", "minorias" e "grupos minoritários" nos PPC, e a possibilidade de estarem sendo aprofundados no currículo oculto, sugerem que, embora aparentemente incluam a população LGBTQIAPN+, esse processo pode funcionar mais como um mecanismo de controle do que como uma verdadeira mudança considerável. Com base nos estudos de Foucault (1988), pode-se sugerir que a referência a esses termos de forma vaga seja uma estratégia de normalização, na qual a orientação sexual e a identidade de gênero são tratadas dentro dos limites aceitáveis pela sociedade, sem provocar rupturas significativas nas estruturas dominantes de poder.

Ademais, observa-se o uso do termo generalizado "movimentos sociais" em uma descrição sobre pesquisa e extensão no PPC 6, que menciona a atuação da Educação em Direitos Humanos em projetos que abordam temas como relações de gênero, violência de gênero, diversidade sexual, preconceitos e racismo, em interface com os movimentos sociais e as políticas públicas. Embora essas menções sejam insuficientes para afirmar que o currículo oculto esteja, de fato, abordando os movimentos sociais LGBTQIAPN+, é importante ressaltar que o estudo desses movimentos envolve uma série de marcos históricos significativos, que desempenharam um papel crucial como formas de resistência à biopolítica seletiva.

Assim, a inclusão desse conteúdo no currículo formal dos futuros profissionais de saúde pode proporcionar uma compreensão mais aprofundada do processo de conquistas

sociais da população LGBTQIAPN+ no contexto da saúde. Além disso, ao informar os discentes sobre os direitos legalmente garantidos a essa população, será possível ressaltar a importância do controle social e da participação popular na construção de um SUS acolhedor e sensível às demandas de todos os indivíduos (Gomes, 2021).

Com base no referencial teórico de Foucault (1988), é possível refletir sobre a própria estrutura do currículo formal como um dispositivo de poder que orienta e molda a forma como esses temas são abordados. Assim, a inclusão desses tópicos no currículo não deve ser vista somente como um avanço progressivo, mas como parte de um processo de normalização e controle do discurso sobre os direitos humanos e a população LGBTQIAPN+. Nesse contexto, é necessário considerar não apenas a transmissão de conhecimento nos cursos da área da saúde, mas também a maneira como esse conhecimento é moldado para servir a um controle social mais amplo e modificar as estruturas sociais de poder.

É possível perceber a invisibilidade da sigla "LGBTQIAPN+" nos PPC, com menção explícita ocorrendo apenas em três documentos: PPC 2, PPC 5 e PPC 6. O PPC 2 faz referência a "Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais" no contexto da PNSILGBT, ao tratar da educação em direitos humanos, de maneira similar ao PPC 5.

Além disso, o PPC 5 menciona "População LGBTQIA+" ao abordar uma disciplina eletiva específica sobre essa população e faz referência à "População LGBTQIPNA+", "Transgêneros, intersexuais e assexuais" e "Pessoas trans e travestis" ao detalhar como a saúde dessa população será abordada durante o curso. Este PPC também destaca a transversalidade do tema nas disciplinas obrigatórias, a parceria com outros cursos da área da saúde para abordar a temática, e a ida dos alunos para serviços de saúde especializados que atendam esse público, visando garantir a vivência prática dos estudantes.

Por fim, o PPC 6 faz referência à "População LGBTQIAPN+" em uma disciplina eletiva sobre saúde mental dessa população. Esse achado corrobora com os resultados da pesquisa documental de Matta, Santos Junior, Costa e Araújo (2020), que, ao avaliar as ementas de disciplinas de um curso de graduação na área da saúde em uma instituição da região Sudeste, observou uma menção discreta à temática da população LGBTQIAPN+ nas ementas das disciplinas de saúde mental.

A invisibilidade da população LGBTQIAPN+ nos PPC não se trata apenas de uma omissão, mas reflete as práticas de "normatização dos corpos" que permeiam as instituições. O fato de a sigla aparecer de forma explícita em apenas alguns documentos pode ser

interpretado como uma apropriação seletiva do discurso, na qual certos grupos são reconhecidos apenas dentro de parâmetros limitados e específicos, como no contexto de saúde mental ou direitos humanos.

A menção discreta e pontual a esses temas nos currículos configura uma forma de governar as subjetividades, mantendo o controle sobre o discurso de gênero e sexualidade sem questionar profundamente as estruturas de poder. Além disso, desconsidera a necessidade de que a formação em saúde aborde a orientação sexual e a identidade de gênero como fatores essenciais no processo saúde-doença dessa população (Silva, 2020).

Isso também é observado na abordagem sobre a PNSLGBT, presente apenas nos PPC 2 e 5. Há uma lacuna significativa, pois, as DCN dos Cursos da Área da Saúde propõem que os PPC considerem os princípios e diretrizes das principais políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS, como por exemplo estudo sobre da própria PNSLGBT (Brasil, 2017). Essa invisibilidade também é destacada em outros estudos, como os de Bolonha e Oliveira (2023), que abordam as violências curriculares geradas pela falta de visibilidade do corpo LGBTQIAPN+ na formação médica.

Nota-se que existe uma resistência à efetivação dessas abordagens, o que resulta na manutenção de um cenário em que os currículos das graduações em saúde acabam por perpetuar as iniquidades, contribuindo para uma biopolítica seletiva. Ou seja, promovem políticas que incentivam a vida dentro de um determinado padrão de corpos, configurando-se como pouco resolutivas para a consolidação do SUS como universal, integral e equitativo para a população LGBTQIAPN+.

### **Considerações finais**

Este estudo analisou os PPC da graduação em saúde de uma Universidade Pública da região Nordeste do Brasil e constatou que a abordagem aprofundada sobre gênero, sexualidade e diversidade está presente apenas em três documentos (PPC 5, 6 e 8), os quais adotam uma perspectiva crítica sobre os discursos da verdade que moldam a formação em saúde. Observou-se também a invisibilidade e superficialidade da temática da saúde LGBTQIAPN+ nos cursos de graduação em saúde, já que apenas os PPCs 2, 5 e 6 mencionam explicitamente essa população, com os PPCs 2 e 5 sendo os únicos a referenciar a Política Nacional Integral de Saúde LGBT.



Essa situação evidencia a necessidade urgente de atualizar os PPC, pois a abordagem superficial pode impactar negativamente o atendimento em saúde, reforçando práticas discriminatórias e contribuindo para uma biopolítica seletiva, que favorece corpos "padrão" e afasta pessoas LGBTQIAPN+ dos serviços de saúde.

A análise dessas questões sob a ótica de Foucault oferece uma abordagem inovadora, permitindo uma compreensão crítica das construções sociais e das relações de poder que permeiam as instituições de ensino superior e a formação na área da saúde. Este estudo apresenta algumas limitações inerentes à metodologia da pesquisa documental, como a impossibilidade de analisar as subjetividades dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e a falta de avaliação do currículo oculto. Essas lacunas abrem espaço para pesquisas futuras que possam aprofundar essas questões.

### Referências

ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.26, n.1, p. 256-270, 2017.

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023 / Acontece Arte e Política LGBTI+**. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2024/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2023-ACONTECE-ANTRA-ABGLT>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. **Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 87–100, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BEZERRA, Marcos Vinicius da Rocha; MORENO, Camila Amaral; PRADO, Nília Maria de Brito Lima; SANTOS, Adriano Maia dos. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. **Saúde Debate**. v. 43, n. 8, p. 305-323, 2019.

BOLONHA, Fabíola Jundurian. Sexualidade, biopoder e governo: acionamentos no projeto político pedagógico de um curso de medicina. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, p. e13166, 2023.

BOLONHA, Fabíola Jundurian; OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de. Violências curriculares: A (in)visibilidade do corpo LGBTQIA+ na formação médica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, p. e023014, 2023.

*Gênero, diversidade sexual e saúde LGBTQIAPN+ na graduação em saúde: uma análise Foucaultiana*

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Parecer técnico nº 300/2017 à Resolução nº 569, de 19 de janeiro de 2018. Princípios Gerais para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Área da Saúde. **Diário Oficial da União**. DF: Brasília, 2018a. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2017/Reso569.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da saúde. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**. DF: MS, 2013a. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html). Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Diário Oficial da União**. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013b. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/> Acesso em: 10 de dez. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIRMINO, Flávio Henrique; PORCHAT, Patricia. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GOMES, Romeu. Participação dos movimentos sociais na saúde de gays e lésbicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, V. 26, n. 6, p. 2291-2300, 2021.

GUNNAR, Glauco De Cunto Carelli Taets; AZEVEDO; Maria Antônia Ramos. A importância do projeto político pedagógico pela perspectiva da pedagogia Universitária. **International Journal of Development Research**, v. 12, n. 01, p. 53261-53264, 2022.

HENNING, Carlos Eduardo. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 47, p. 283-323, 2017.

LEIRIA, Maikon et al. As pessoas LGBTI+ nas DCN dos cursos de saúde no Brasil, 2001-2023. **Revista Brasileira De Educação Médica**, v. 48, n. 3, p. e077, 2024.

LIMA, Ana Cristina Santos de et al. Gênero e sexualidade na formação de enfermeiros no ensino superior público brasileiro: estudo documental. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, [S. l.], v. 11, p. 1-14, 2021.

Revista Cocar V.23. N.41/2025 p.1- 20 <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar>  
MATTA, Thenessi Freitas; SANTOS JUNIOR, Evandro Cabral dos; COSTA, Cristiane Maria Amorim; ARAUJO, Luciane Marques de. LGBT health and nursing curriculum: vision of future nurses. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e722997855, 2020.

MINAYO, Maria C. Z. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NASCIMENTO, Geysa Cristina Marcelino; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. A Revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica. **Temas psicologia**, v. 26, n. 3, p.1527-1541, 2018.

NASCIMENTO, Rafael Baioni do. Oficinas sobre gênero e sexualidade e extensão universitária. **Revista Serviço Social em Perspectiva Montes Claros**. Edição Especial, p. 549-562, 2018.

PARANHOS, William Roslindo; WILLERDING, Inara Antunes Vieira; LAPOLLI, Édís Mafra. Formação dos profissionais de saúde para o atendimento de LGBTQI+. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, n. 25, p. e200684, 2021.

PEREIRA, Zilene Moreira; MONTEIRO, Simone Souza. Gênero e Sexualidade no Ensino de Ciências no Brasil: Análise da Produção Científica. **Contexto & Educação**. v. 30, n. 95, p. 117-146, 2015.

RAIMONDI, Gustavo Antonio et al. Gênero e Sexualidade nas Escolas Médicas Federais do Brasil: uma Análise de Projetos Pedagógicos Curriculares. **Revista Brasileira de Educação Médica**. v. 44, n. 2, p. 1-10, 2020.

SANTOS, Victor Hugo dos; FERREIRA, Julia Helena; ALVES, Gabriel Cassiano Afonso. NAVES, Natália Moraes. Currículo oculto, educação médica e profissionalismo: uma revisão integrativa. **Interface** (Botucatu), v. 24, p. e190572, 2020.

SIERRA, Jamil Cabral; MEYER, Dagmar Estermann. Entre capturas biopolíticas e estratégias de resistência LGBT: um ensaio sobre a lógica fármaco-moralizante na Profilaxia Pré-Exposição – PrEP. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 1018-1037, 2020.

SILVA, Felipe Cazeiro. Saúde da população LGBT para além do HIV/AIDS e processo transexualizador no SUS. **Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura**, v. 03, n. 11, p. 19-45, 2020.

SILVA, Jéssica Maiza Nogueira; PAULINO, Danilo Borges; RAIMONDI, Gustavo Antonio. Gênero e Sexualidade na Graduação em Saúde Coletiva do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 25, n. 6, p. 2335-2346, 2020.

VIANA, Nildo. O que são minorias?. **Revista Posição**. v. 3, n. 9, p. 27–32, jan./mar. 2016.

**Sobre as autoras**

**Caroline Magna de Oliveira Costa**

Graduada em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (EENF-UFAL). Mestranda em Enfermagem pela EENF-UFAL.

**E-mail:** cmagnaoli@gmail.com

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-4096-4093>

**Verônica de Medeiros Alves**

Graduada em Enfermagem pela EENF-UFAL. Mestre em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da UFAL. Doutora em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente da EENF-UFAL.

**E-mail:** veronica.alves@eenf.ufal.br

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4343-2941>

**Danielly Santos dos Anjos Cardoso**

Graduada em Enfermagem pela EENF-UFAL. Mestre em Enfermagem pela EENF-UFAL. Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo/ USP (Doutorado Interinstitucional USP/UNCISAL). Docente da EENF-UFAL.

**E-mail:** danielly.anjos@eenf.ufal.br

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-2437-4982>

Recebido em: 16/02/2025

Aceito para publicação em: 18/03/2025